

## **Capítulo II**

### **Dos Associados**

#### **Artigo 7.º**

(Categorias)

1- Os Associados do MONAF podem ser:

- a) Efectivos;
- b) Júnior
- c) Beneméritos;
- d) Honorários.

2 - São Associados efectivos os que visando a obtenção dos benefícios concedidos pelo MONAF estão sujeitos ao pagamento das prestações pecuniárias regulamentarmente devidas.

3- São Associados júnior os que, por virtude da sua menoridade, não usufruem da plenitude dos direitos do Associado efectivo, exercendo os seus direitos e cumprindo as suas obrigações na pessoa do seu representante legal até que, atingindo a maioridade, passem a Associados efectivos mantendo a sua antiguidade.

4 - São Associados beneméritos as pessoas, singulares ou colectivas, que, por serviços ou contributos financeiros importantes, como tal sejam considerados por deliberação da Assembleia Geral, sob proposta do Conselho de Administração.

5 - São Associados honorários as pessoas, singulares ou colectivas, que, por serviços prestados ao MONAF, mereçam a distinção nos termos do número anterior.

#### **Secção I**

Da Admissão

#### **Artigo 8.º**

(Requisitos)

Pode ser Associado efectivo ou júnior quem satisfaça uma das seguintes condições:

- a) Ser farmacêutico;
- b) Ser proprietário de farmácia no continente e regiões autónomas;
- c) Ser sócio de sociedade proprietária de Farmácia no continente e regiões autónomas;
- d) Ser colaborador efectivo de Farmácia no continente e regiões autónomas;
- e) Ser cônjuge, ascendente ou descendente em 1.º Grau de Associado efectivo.
- f) Ser colaborador efectivo de Instituições do sector farmacêutico e de empresas suas participadas.
- g) Qualquer pessoa proposta por outros dois Associados efectivos.

#### **Artigo 9º**

(Processo)

1 - O candidato a associado preencherá a proposta de admissão em impresso próprio e outra informação necessária para formalizar a candidatura que lhe seja solicitada pelos serviços do MONAF.

2 - A admissão do candidato, após aprovação formal em reunião do Conselho de Administração, será

referida ao primeiro dia do mês da recepção da proposta.

#### **Artigo 10.º**

(Apreciação médica)

A inscrição num plano de benefícios depende, quando o regulamento respectivo o exija, de apreciação médica do candidato, directamente ou através de questionário clínico preenchido por este.

#### **Artigo 11.º**

(Termo do processo)

O pedido de admissão será apreciado pelo Conselho de Administração, que concluirá pela admissão ou rejeição.

#### **Artigo 12.º**

(Recurso da apreciação médica)

1- Ao candidato rejeitado por força do parecer médico é facultado solicitar nova apreciação por uma junta de três médicos constituída por um médico do MONAF, outro indicado pelo candidato e um terceiro escolhido pelos outros dois.

2 - O candidato rejeitado nos termos do número precedente pode recandidatar-se, nunca antes de decorrido o prazo de dois anos, sendo o parecer médico sempre feito por junta médica.

### **Secção II**

#### **Dos Deveres e Direitos**

#### **Artigo 13.º**

(Deveres)

1- Nos termos previstos nestes Estatutos, são deveres dos Associados efectivos e júnior:

- a) Pagar a jóia de admissão e encargos inerentes;
  - b) Satisfazer pontualmente as quotas, que incluirão a parte correspondente a despesas de administração e cobrança, definidas e em vigor em cada momento.
  - c) Exercer com dedicação, zelo e eficiência os cargos para que forem eleitos;
  - d) Observar e fazer cumprir as disposições estatutárias e regulamentares;
  - e) Acatar as deliberações dos órgãos associativos legitimamente tomadas;
  - f) Comparecer às Assembleias Gerais extraordinárias cuja convocação tenham requerido;
  - g) Cumprir as cláusulas dos contratos de empréstimo celebrados com o MONAF e satisfazer os inerentes compromissos assumidos;
  - h) Comunicar por escrito ao Conselho de Administração qualquer situação que altere os seus elementos de identificação, incluindo mudança de residência ou de estado civil;
  - i) Defender, por todos os meios ao seu alcance, o património e o bom nome do MONAF e contribuir para o seu prestígio e eficácia de acção;
  - j) Apresentar sugestões para a melhor realização dos fins estatutários;
  - l) Cumprir as demais obrigações que resultem da lei e dos presentes Estatutos.
- 2- Aos Associados júnior aplica-se o disposto no número anterior, apenas no que respeita as alíneas a), b), d) e h).

## **Artigo 14.º**

(Direitos)

- 1- Nos termos previstos nestes Estatutos, os Associados efectivos e júnior podem:
- a) Usufruir das condições e prazos estabelecidos pelos regulamentos dos planos de benefícios em que se tiverem inscrito;
  - b) Contrair empréstimos nas condições estabelecidas nos Estatutos;
  - c) Participar e votar nas reuniões da Assembleia Geral;
  - d) Eleger e ser eleito para os órgãos associativos;
  - e) Requerer a convocação da Assembleia Geral extraordinária, nos termos do número 3 do artigo 34.º
  - f) Examinar a escrituração e as contas do MONAF, nos termos do artigo 34º, número 2, alínea b);
  - g) Reclamar para o Conselho de Administração de qualquer acto que considerem contrário à lei, aos Estatutos, ou aos regulamentos, com recurso para a Assembleia Geral;
  - h) Fazer-se representar na Assembleia Geral por outro Associado, por meio de carta fechada dirigida ao Presidente da Mesa com assinatura reconhecida ou abonada pelo Conselho de Administração;
  - i) Exercer as demais faculdades estabelecidas nos presentes Estatutos.
  - j) Deixar livremente de ser Associados.
- 2 – Aos Associados júnior aplica-se o disposto no número anterior, apenas no que respeita ao disposto nas alíneas a), f), i) e j).

## **Secção III**

### **Da Disciplina**

## **Artigo 15.º**

(Sanções)

- 1 - Os Associados estão sujeitos, consoante a natureza e a gravidade da infracção, a sanções de suspensão e de expulsão pela violação dos deveres consignados no artigo 13º.
- 2 - Perde o direito a qualquer benefício quem for condenado como autor ou cúmplice de homicídio voluntário do Associado ou pensionista cujo benefício possa para ele reverter e, se já o tiver recebido, será obrigado a repô-lo.
- 3 - A pronúncia pelo crime a que se refere o número anterior implica a suspensão de qualquer pagamento até trânsito em julgado da sentença.

## **Artigo 16.º**

(Suspensão)

- 1 - A suspensão é aplicável pelo Conselho de Administração, até ao máximo de 12 meses, em casos de:
- a) Violação do disposto nos Estatutos ou regulamentos com consequências graves para o MONAF;
  - b) Desobediência a deliberações tomadas pelos órgãos associativos;
  - c) Indiciação por crime contra o MONAF.
- 2 - A suspensão implica privação temporária do exercício dos direitos consignados no artigo 14.º, mas não desonera do pagamento de quotas e de outros encargos associativos.

### **Artigo 17.º**

(Expulsão)

- 1- Quando a infracção seja de tal modo grave, designadamente por afectar o bom nome do MONAF, que torne impossível o vínculo associativo, o associado será expulso.
- 2 - Ficam designadamente sujeitos a expulsão os Associados que:
  - a) Tiverem sido admitidos mediante declarações ou documentos falsos;
  - b) Defraudarem o MONAF;
  - c) Por qualquer forma lancem o descrédito sobre o MONAF ou os seus Associados;
  - d) Forem condenados a pena de prisão efectiva;
- 3 - A expulsão é da competência da Assembleia Geral, sob proposta fundamentada do Conselho de Administração.
- 4 - Os Associados expulsos não serão readmitidos.

### **Artigo 18.º**

(Defesa)

As sanções a aplicar são precedidas de processo disciplinar com audiência obrigatória do visado.

### **Artigo 19.º**

(Reclamações e Recursos)

- 1 - Da suspensão e da expulsão cabe reclamação para a Assembleia Geral, a interpor no prazo de dez dias contados da notificação, e apreciado, extraordinariamente, até sessenta dias após a sua interposição.
- 2 - Da deliberação da Assembleia Geral cabe recurso para os tribunais nos termos da lei.

## **Secção IV**

### **Da perda da Qualidade de Associado**

### **Artigo 20.º**

(Perda da qualidade de associado)

- 1 - Perdem a qualidade de Associados:
  - a) Os que forem expulsos;
  - b) Os que pedirem a exoneração;
  - c) Os que faltarem ao pagamento de quotas, ou de outras prestações pecuniárias devidas, correspondentes a três meses, e não satisfizerem o débito no prazo de 30 dias a contar da notificação, salvo o disposto no número 3.
- 2 - A verificação do disposto no número anterior, da competência do Conselho de Administração, implica a perda dos benefícios correspondentes às quotas pagas e do direito a qualquer reembolso, mas não desonera da responsabilidade pelas quantias devidas.
- 3 - O MONAF tem a faculdade de proceder à redução do montante dos benefícios, nos termos previstos nos regulamentos, para obstar à perda da qualidade de associado por falta de pagamento de quotas.

### **Artigo 21.º**

(Readmissão)

- 1 - Podem ser readmitidos os Associados:

- a) Exonerados a seu pedido;
- b) Eliminados por falta de pagamento de quotas.

2 - A readmissão só se efectivará, porém, desde que se liquidem os encargos referidos na alínea a) do artigo 13.º.

3 - Se o Associado pretender readquirir todos os direitos desde a data da primeira admissão, liquidará a totalidade do que deveria ter pago se tivesse continuado como associado, acrescido da indemnização por cada mês de atraso, fixada pelo Conselho de Administração em regulamento.

4 - A readmissão só produz efeitos após efectuado o pagamento total estabelecido, o qual, a solicitação do candidato poderá ser realizado em até seis prestações mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira na data do deferimento do pedido.

5 - A falta de pagamento tempestivo de qualquer das prestações implica o vencimento imediato das restantes.